

## Book of abstract – português

**Daniela Grignoli**, *Desenvolvimento, ambiente e (auto)sustentabilidade. Repensar o desenvolvimento local*

Nas últimas décadas, a reflexão científica ligada a questões territoriais assistiram ao nascimento de diversas expressões linguísticas e, ao mesmo tempo, às metamorfoses concernentes ao seu significado. Em especial, o adjetivo “sustentável” que tem qualificado o processo de desenvolvimento de um território, suscitando uma literatura positiva dos elementos referentes à mudança, hoje em dia, não possui mais a eficácia de então, de modo que vários estudiosos buscaram um novo adjetivo, isto é, auto-sustentável (Tarozzi, 2005; Magnaghi, 2000). A expressão desenvolvimento auto-sustentável refere-se, portanto, ao processo de desenvolvimento local fruto de projetos endógenos e de expressões de processos, também endógenos, dos quais os próprios indivíduos dos lugares abertos a mudanças são os protagonistas, elaborando suas diversas fases, associando percursos, detalhes concernentes a convergências entre a mundialização e as escolhas locais e, por conseguinte, a dinâmicas contrastantes resultantes de processos de homogeneização da sociedade e exigências de valorização das diferenças. (Bauman, 1998; Beck, 1997; Beilharz, 2001; Bello, 2004; Caillé, 1989; Latouche, 2005; W. Sachs, 1992). Ao realizar a análise de tais evoluções, as ciências sociais têm formulado abordagens diversas, a fim de contribuir de modo crítico à discussão sobre os vários aspectos inter-relacionados ao desenvolvimento. Neste sentido, e neste contexto específico, a expressão “desenvolvimento local” pretende significar uma rede complexa de relações, de colaboração e de cooperação no âmbito da negociação entre atores e níveis institucionais – públicos e privados – diversos, voltada à promoção de políticas socioeconômicas eficazes, a fim de apoiar os processos econômicos e as dinâmicas de coesão social, sob uma ótica de coerência com relação às peculiares condições ambientais inerentes a cada realidade territorial.

**Alessandra Bonoli** (Università di Bologna) – *Mudanças climáticas e cidade: políticas, ações e boa prática de resiliência urbana*

O fenômeno da mudança climática pode ser atribuído, principalmente, a causas antrópicas. A temperatura média da Terra aumentou cerca de um grau desde o início do século XX e a maior parte do aquecimento observado durante os últimos cinquenta anos é atribuída às emissões de gases que alteram as condições climáticas impactando nas diversas atividades humanas. As alterações climáticas são notadas, especialmente, ao nível urbano: aumento da probabilidade de formação das precipitações atmosféricas na cidade, desaparecimento de superfícies permeáveis as quais permitiriam a infiltração da água no subsolo, redução do fluxo horizontal do vento causada pela presença de barreiras resultantes de edificações mantenedoras do calor e aumento do aquecimento proveniente do solo. As consequências de tudo isso, frequentemente, podem ser devastadoras e, a médio prazo, podem inviabilizar substancialmente a vida em muitas das nossas cidades. Todavia, é possível uma inversão

dessa tendência através de: políticas adequadas de gestão da dinâmica causada pelas mudanças climáticas na perspectiva de ações “*bottom up*” e de boas práticas que possam nortear a adaptação das nossas cidades por meio da adoção de técnicas de “resiliência” urbana visando à identificação de estratégias voltadas para a redução do efeito ilha de calor a fim de enfrentar os súbitos e violentos eventos de precipitação pluviométrica, implementando a coleta, o armazenamento e o controle das águas pluviais, e enfim valorizar o verde público considerando-o também na perspectiva do social.

**Elisa Magnani** (Università di Bologna), *A globalização do clima, entre políticas supranacionais e ações locais*

A relação entre mudanças climáticas, crescimento econômico e desenvolvimento humano já é amplamente documentada e diversas instituições internacionais têm feito dela um elemento central nas políticas de desenvolvimento promovidas nos países menos desenvolvidos, realizadas através da cooperação internacional como uma ferramenta efetiva de implementação territorial das estratégias deliberadas aos níveis nacional e supranacional. O tema das alterações climáticas, porém, é um claro exemplo do que significa a globalização: fazendo-se indistintamente presente em todos os Estados, as estratégias de mitigação e adaptação não podem funcionar se as ações locais não refletirem um compromisso global. Além disso, enquanto que nas primeiras fases da gestão do problema as organizações internacionais e todas as instâncias locais tinham como foco estratégias de mitigação, por meio de políticas voltadas à redução das emissões, hoje o tema tem sido tratado numa outra perspectiva de intervenção, ou seja, na das suas diversas formas, desde a mais *soft*, referente a estratégias de resiliência climática, à mais contundente, referente a uma radical transformação da sociedade. A contribuição propõe-se a desenvolver uma dupla reflexão: por um lado discutir a crescente centralidade do tema das mudanças climáticas nas políticas de desenvolvimento territorial, e por outro analisar o papel que a geografia pode e deve ter no enfrentamento deste desafio global, focando especificamente o turismo que é um setor afetado e ao mesmo tempo causa do incremento das mudanças climáticas globais.

**Luiz Carlos Flávio**, *O resgate das plantas medicinais para o desenvolvimento territorial (Francisco Beltrão, Paraná, Brasil)*.

A construção de saberes sobre plantas medicinais acompanhou toda a História de ocupação do território brasileiro. Todavia, face ao processo de urbanização e ao avanço da medicina industrial, mercantil estes saberes estão sendo ameaçados de extinção (perda de memória e esquecimento). Contrapondo-se a isso, há movimentos de preservação desse patrimônio histórico e cultural em diversas partes do Brasil. Auxiliadas por instituições (universidades, sindicatos), populações urbanas e rurais lutam para guardar, resgatar, preservar e transmitir os conhecimentos sobre as plantas medicinais às novas gerações. Assim, nossa participação objetiva apresentar o “Projeto resgatando saberes: cultivo e uso das plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão-Pr”, cidade situada no Sudoeste do Paraná (Brasil). Nele, realizamos diversas ações de mobilização de organizações sociais: igrejas, clube de

mães, posto de saúde, escola, secretarias da prefeitura, universidades etc.) para debater a importância do resgate do cultivo e uso das plantas medicinais. Viabilizamos ações de capacitação/disseminação acerca dos conhecimentos populares e científicos envolvendo as plantas medicinais. Mediante várias ações, buscamos contribuir para salvaguardar tais saberes, mediante diversos estudos, cursos, divulgação na mídia (rádios, jornais, redes sociais - internet), em eventos acadêmicos, feiras de trocas, com doação de mudas. Efetivamos ainda a produção de um livro e a construção de uma horta medicinal coletiva. E, ao final, organizamos um grupo gestor (composto por várias instituições) objetivando continuar as ações de salvaguarda, pela população, de tal patrimônio histórico e cultural que pode contribuir substancialmente para a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

**Marcos Aurelio Saquet**, *Auto-organização, circuitos curtos e resistência política à globalização*

Nosso objetivo principal é compreender as territorialidades e as temporalidades que caracterizam a agricultura camponesa (agro)ecológica no Sudoeste do Paraná (Brasil) a partir de 1990, destacando a auto-organização política dos sujeitos e os circuitos curtos para comercialização como formas de resistência à globalização econômica. Os procedimentos utilizados no processo de pesquisa são os seguintes: pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários, realização de entrevistas, análise dos dados secundários. Os principais resultados que pretendemos atingir são: compreensão sistemática da agricultura camponesa (agro)ecológica, tentando qualificar a opção teórico-metodológica territorial de abordagem do tema; contribuição efetiva para a formação e qualificação de recursos humanos; apresentação dos resultados da pesquisa em eventos científicos, publicando-os nos anais de cada evento; publicação de artigos, capítulos de livros e um livro com os resultados conseguidos; geração de subsídios que possam ser utilizados pelos sujeitos estudados, caso seja de interesse deles, para fortalecer sua auto-organização política e qualificar a produção e a comercialização *in natura* e artesanal.

**Adilson Alves**, *Economia social e solidária em perspectiva comparada na rede longa da Coopafi (Brasil) e na rede curta do tomate platense (Argentina)*.

O projeto analisa aspectos da formação e atuação de duas experiências de economia social e solidária vinculadas a agricultores familiares localizadas no Brasil e outra na Argentina. A experiência brasileira apresenta as Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) que organiza e articula mais de dois mil agricultores em diversas cidades do sudoeste do Paraná, essa que delas acessam políticas públicas e atuam em escala territorial ampliada. A segunda localiza-se na cidade La Plata (Argentina) e mostra a organização de algumas famílias de agricultores no entorno de um produto típico denominado "Tomate Platense" cuja atuação territorial é delimitada por meio de redes curtas de cooperação articuladas por meio de um produto identitário. A experiência Argentina organiza-se no escopo proposto pela abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). O estudo procura problematizar essas duas formas de organização para testar a capacidade explicativa de algumas teorias do desenvolvimento particularmente as vinculadas ao Desenvolvimento Territorial, Economia Social Solidária (ESS) e teorias de

organização em rede. A hipótese central apoia-se na ideia de que as redes dos agricultores podem ocorrer em diversas escalas que chamamos de organização autocentradas e heterocentradas. Partimos do pressuposto de que a efetivação de relações de poder, redes e identidades formam territórios diversos, sobrepostos e concomitantes que se caracterizam por estratégias abrangidas pelo escopo da Economia Social Solidária (ESS). O estudo dessas duas formas de organização de redes pode apontar formas de potencializar saberes, interações sociais e territoriais em diferentes estratégias de organização, comercialização e inserção econômica.

**Cláudio Jorge Moura de Castilho, Bruno Augusto Nogueira M. Pontes, Diana Carolina Gómez Bautista, Manuela Maria Pereira do Nascimento** (Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano/MSEU, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, *Movimentos sociais e universidade, reações aos efeitos perversos da globalização em cidades de região "subdesenvolvida"*)

A globalização é, na verdade, a fase atual do processo de evolução do capitalismo, daí por que ela se apresenta, ao mesmo tempo, como perversidade, fábula e possibilidade. Mas, variando em função das especificidades territoriais inerentes a cada lugar, as cidades de regiões subdesenvolvidas são as que mais perdem no âmbito do contexto da "guerra urbana" que reforça o caráter perverso da globalização. Porém, como a sociedade nunca se cala, mesmo as classes sociais mais pobres reagem contra as perversidades desse processo, não se deixando levar pelas fábulas criadas para mascará-las, por meio dos seus diversos movimentos. Como instituições efetivamente públicas, grupos de pesquisa da UFPE juntam-se a esses movimentos a fim de prestarem assessoria às suas redes de ação. O MSEU, por exemplo, vem acumulando experiências junto a tais movimentos na perspectiva de, como *praxis*, reforçar tais ações, cujos resultados vêm sendo divulgados em coletâneas e revistas científicas.

**Maria do Carmo de Albuquerque Braga**, *Estudo comparativo sobre a implantação de instituições públicas de ensino superior em regiões interioranas no Brasil e na Itália: entre o planejamento e o desenvolvimento regional.*

Este trabalho teve como objetivo principal realizar um estudo comparativo sobre a implantação de instituições públicas de ensino superior em regiões interioranas no Brasil e na Itália, entendendo essas instituições enquanto elo entre o planejamento e o desenvolvimento regional. Foram tomados como estudos de caso a Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Garanhuns/PE e a Universidade de Bolonha, em Bolonha/Itália. Sua relevância está em verificar se a proposta de planejamento e concepção espacial de Universidades nesses países tem contribuído para o desenvolvimento regional, tendo como base as potencialidades regionais, uma vez que a intenção é a de minimizar as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as regiões do país, e dar a oportunidade para as pessoas se qualificarem e poderem se estabelecer em suas regiões de origem. Alguns autores como Santos e Almeida Filho (2008), Pinto e Buffa (2006), Dallari e Curiazi (2012), Calvo-Sotello (1988) e Araújo (2000) deram contribuições importantes. Temporalmente, adotou-se como recorte o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010 quando, no Brasil, foi lançada a política de expansão do ensino superior. Para tanto, realizou-se uma análise comparativa,

na qual se buscou evidenciar as diferenças e semelhanças de políticas públicas entre os casos estudados. Como conclusão verificou-se que os dados obtidos apontam para avanços na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Garanhuns, mas que ainda há muito o que ser feito para que a mesma venha a cumprir o seu papel de elo entre a sociedade, o governo e o desenvolvimento regional.

**Egidio Dansero**, *As políticas urbanas de alimentação como novo espaço de pesquisa e de ação política*

A relação entre alimentação e cidade, fundamental nos processos históricos de formação e crescimento urbano, está recebendo atenção renovada nos últimos anos, no âmbito de um debate internacional que enxerga uma convergência de temas a partir de várias perspectivas em diversas escalas: o da segurança alimentar e o da correlata resiliência (urbana); o mais crítico da soberania, da democracia alimentar e da *foof justice*; o tema da transição e das cidades em transição; o das práticas urbanas e da inovação social; o da atenção aos espaços periurbanos, da luta para controlar o consumo de solo, somente para citar alguns temas que, por seu turno, cruzam-se com os debates mais diretamente relacionados às políticas urbanas. Em particular, as políticas locais da alimentação está consolidando-se como um tema que vem atraindo crescente interesse e atenção da parte seja do mundo político-administrativo, seja dos vários atores do sistema de alimentação (organizações dos interesses, dos produtores, consumidores, movimentos pela alimentação), seja do mundo científico. Com efeito, o tema das políticas, planos e estratégias locais (e, em particular, urbano-metropolitanas) da alimentação é, sem dúvida, um campo de pesquisa, e de ação política, relativamente novo que agrupa olhares, abordagens e competências muito diversas e, até o momento, pouco tratado no campo das ciências físico-naturais e da saúde, considerando suas várias especializações afins. Encontra-se na encruzilhada de possíveis convergências entre estudiosos da cidade, da produção agro-alimentar, do mundo e da paisagem rural, do consumo de solo e das dinâmicas de periurbanização, bem como de diversas disciplinas: agrônomos e economistas agrários com foco na abordagem do território, urbanistas e arquitetos, sociólogos rurais e do consumo, especialistas de logística da alimentação, geógrafos e outros cientistas no campo das ciências humanas e sociais.

**Silvia Grandi** (Università di Modena e Reggio Emilia) *Cooperação descentralizada entre a Região Emilia-Romagna e o Estado do Paraná para o desenvolvimento do cooperativismo e das redes agroalimentares de qualidade: o caso do Programa Brasil Próximo*

A cooperação entre áreas subnacionais, comumente chamada cooperação descentralizada ou mais recentemente “partenariato territoriale” de acordo com a nova lei italiana para a cooperação ao desenvolvimento (L.125/14), desempenha normalmente um papel marginal em termos financeiros mas pode tornar-se relevante em termos de eficácia e influência nas políticas de desenvolvimento local. Tais avanços emergem do programa Brasil Próximo pelo qual cinco regiões italianas (Umbria, Marche, Toscana, Emilia-Romagna, Liguria) criaram, entre 2004 e 2015, um sistema articulado de relação e projetualidade numa ótica de cooperação de transição *post-aid*. O objetivo concretizou-se com a ativação de um vasto *network*, de reforço e desenvolvimento de políticas e instrumentos de criação de oportunidades recíprocas – também comerciais – e de intervenções destinadas a

acompanhar processos endógenos de desenvolvimento local sustentáveis capazes de intervir sobre problemas socioeconômicos derivados de uma distribuição desequilibrada da riqueza. Em particular, este *paper* chama a atenção para a relação da Região Emilia-Romagna com o estado do Paraná analisando as atividades desenvolvidas para o reforço de políticas e de projetos-piloto com o escopo de dar suporte aos pequenos produtores no âmbito das redes agroalimentares através do crescimento das microempresas, das PMI, do sistema local especializado de feiras e do cooperativismo. Uma abordagem substancialmente baseada em pessoas, no diálogo entre boas práticas ligadas ao território regional e na *mise en reseau*. Após a conclusão dos projetos de cooperação considerados como exemplos de sucesso, permaneceram dilemas, sempre abertos quais sejam: tratou-se efetivamente de uma experiência sustentável? O que significa sustentável para as partes em jogo? Em que medida a política influi na sustentabilidade destes processos?

**Andrea Pronti**, *Agroecologia e desenvolvimento rural na Região Oriental de Minas Gerais*

A agroecologia trata-se de uma proposta visando à criação de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, alternativo à abordagem industrial da revolução verde, sobretudo no Sul tendo sido utilizada para melhorar as condições de vida dos produtores familiares vinculadas à conservação ambiental. Não obstante várias confirmações e resultados encorajadores, em diversas partes do globo a agroecologia vem lutando para obter reconhecimento. Na área oriental do estado de Minas Gerais, foi realizado um projeto de cooperação internacional entre Itália e Brasil “Agroecologia e formação socioambiental para o desenvolvimento sustentável” visando dar suporte à agroecologia para o desenvolvimento rural local. A área é caracterizada pela produção extensiva de café, principalmente, no âmbito da agricultura familiar. O café, além de contribuir quase que totalmente para a economia local, representa um dos maiores condutores da destruição da mata atlântica, bioma local muito importante para o fornecimento de serviços ambientais. Graças à colaboração entre a Universidade de Turim e RE.TE. Ong, no âmbito do projeto Uni.Coo, foi realizado um estudo econômico a fim de confrontar a utilização de práticas agroecológicas e convencionais com o escopo de verificar se as primeiras poderiam efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia regional. Foram confrontadas diversas variáveis econômicas e ambientais em 14 unidades produtivas. Os resultados do estudo indicam que as práticas agroecológicas são capazes de fornecer mais renda, trabalho bem remunerado, diversificação em termos de renda e dieta, bem como de contribuir tanto para a redução do uso de produtos químicos quanto para conservar a mata. O estudo sugere que a agroecologia possa representar um possível modelo de desenvolvimento agrícola sustentável para a região.

**Giacomo Pettenati**, *Geografias alternativas da alimentação e soberania alimentar*

O sistema dominante da alimentação é caracterizado, em todas as escalas, por uma significativa separação entre fases do circuito, das estratégias e dos interesses dos atores do sistema, lugares de produção e consumo. Confrontando com as evidentes externalidades negativas de um sistema globalmente caracterizado pela insustentabilidade ambiental, pelas difusas injustiças socioespaciais e por uma forte distribuição desigual da riqueza, há

práticas institucionais e estratégias sociais com vistas a transformar o sistema alimentar, orientando-o no sentido da conquista de mais justiça e sustentabilidade. Políticas urbanas da alimentação, redes agroalimentares alternativas e aquisições públicas, das quais participa uma multiplicidade de atores institucionais, sociais e econômicos, contribuindo para compor as chamadas “geografias alternativas da alimentação” (Wiskerke, 2009), que colocam em discussão o sistema dominante, às vezes opondo-se e resistindo explicitamente a ele, em outros casos modificando as distorções mais evidentes ao nível interno. A soberantia alimentar, frequentemente, em escalas variáveis, representa um objetivo explícito ou implícito das políticas que compõem a recomposição parcial da configuração espacial dos sistemas da alimentação e da sua realação com o território. Esta contribuição propõe-se, portanto, a explorar a conexão, com particular referência às políticas alimentares urbanas e aos circuitos agroalimentares alternativas.

**Maurizio Davolio**, *Cooperação e turismo, a nova política italiana*

A nova lei 125 enfim, há algum tempo, entrou em vigor e modificou profundamente a política italiana no que diz respeito à cooperação visando ao desenvolvimento. À mudança do próprio nome do Ministério, corresponderam algumas importantes novidades: a nomeação de um Vice Ministro que se ocupa da cooperação, a criação de um Comitê Interministerial, o surgimento da Agência Italiana para a Cooperação ao Desenvolvimento, a formação do Conselho Nacional para a Cooperação ao Desenvolvimento, a ampliação do número de membros elegíveis para participar dos Editais, a atribuição de um papel relevante para a Caixa de Depósitos e Empréstimos, o aumento progressivo dos recursos disponíveis. O Plano aprovado não prevê expressamente o turismo como setor de intervenção, porém o turismo torna-se relevante quando se fala de diversificação das atividades na agricultura e pesca, na valorização do patrimônio monumental, artístico e do patrimônio natural bem como em todas as políticas horizontais, tais como as de apoio ao micro-empendedorismo, o empreendedorismo das mulheres, ou de operações relativas à migração. AITR candidata-se para propor formas de turismo responsável e sustentável, que respeitem o ambiente e a cultura locais, sendo ao mesmo tempo capazes de combater a pobreza e de favorecer o encontro, o conhecimento e o diálogo. AITR é parceira de várias ONG no âmbito de projetos já apresentados e aprovados junto ao Edital lançado pela Agência, preparando-se assim para contribuir com sua experiência e competência.

**Mauro José Ferreira Cury**, *Cooperação e turismo, a nova política italiana*.

A centralidade da pesquisa perpassa as territorialidades estabelecidas pela patrimonialização de áreas naturais e culturais consagradas pela UNESCO; entre o Brasil, Paraguai e Argentina que forma a Tríplice Fronteira. A atividade turística intrínseca relaciona as pesquisas desenvolvidas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, no Campus de Foz do Iguaçu pelo Curso de Graduação em Turismo, Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, ao Programa de Mestrado em Geografia da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon. Estas estão registradas aos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Territoriais e Turismo, Hospitalidade e

Territorialidades Transfronteiriças, que objetiva a pesquisa em fronteiras e suas aproximações, porosidades e inter-relações territoriais, seja na esfera municipal, nacional e internacional. Analisa as políticas públicas e atividades pertinentes às fronteiras geográficas, sejam estas físicas, humanas, econômicas e culturais. Busca identificar os Acordos, Tratados e Convênios entre os Estados Nacionais como a formação de Mercados de Unificação e de redes que permeiam as bases conceituais das territorialidades transfronteiriças. As complexidades estabelecidas nestas pesquisas permeiam aos campos da geografia, cultura, sociedade aliadas as áreas naturais protegidas, centrada na presença dos Parques Nacionais do Iguaçu, Brasil e Argentina e pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, Brasil e Paraguai; com suas atividades conjuntas e transfronteiriças. Há uma participação entre as Universidades de Fronteiras e ao planejamento territorial pela Rota das Missões Jesuíticas como mais um elemento integrador.

**Valentina Albanese**, *Smart e slow, novas tendências do paradigma da sustentabilidade turística. Novas e velhas variações no território salentino.*

Na sua acepção minimalista e inclusiva, o turismo sustentável é definido como um tipo de turismo que se desenvolve ao longo das trilhas estabelecidas da sustentabilidade *tout court*, referindo-se a todos os fenômenos cujo impacto sociocultural e ambiental não é nem permanente, nem irreversível (Beech, Chadwick, 2005). Na ideia mais recente de turismo de baixo impacto ambiental, ou ecocompatível, as qualidades de *smartness* e *slowness* têm delineado os principais perfis. O turismo *slow* constitui uma alternativa ao turismo de massa que continua a ser favorecido pelo capitalismo globalitário (Fullagar, Markwell & Wilson, 2013). A *slowness* é caracterizada por aspectos complementares e consequenciais, pela sustentabilidade e pela experiência. A atenção doravante cada vez mais voltada para temáticas ambientais qualifica este segmento turístico o qual, através de um contato respeitoso para com a destinação da viagem, procura sobretudo uma aventura de alto impacto emotivo e sensorial. Sob este guarda-chuva, considera-se uma série de novas experiências de turismo, o do cheiro e o das emoções. A *smartness* turística, por sua vez, manifesta-se principalmente pelas novas tecnologias da comunicação utilizadas para a criação/produção de conteúdos e pela socialização/interação em tempo real entre turistas durante as diversas etapas da viagem (Graziano, 2016, p.7). A título de exemplo, a contribuição abordará dois casos de turismo sustentável, *smart* e *slow* na subregião salentina: *Salento up&down*, um projeto de viagem através da aplicação *Instagram*, e o projeto em via de realização de um curso de fotografia itinerante de um artista salentino que guia os seus turistas/alunos na redescoberta do território, através da lente da câmera fotográfica.

Filippo Pistocchi (Università di Bologna), *Turismo e sustentabilidade ambiental. A resposta das rotas de peregrinação.*

No curso de algumas décadas os conceitos de sustentabilidade, responsabilidade e durabilidade - relacionados ao desenvolvimento territorial e à proteção ambiental - começaram a envolver também o turismo, uma das atividades humanas mais significativas em termos de números, fluxos, processos de transformação e miscigenação cultural. Ao mesmo tempo, e sob a tutela ambiental, também no âmbito do turismo começou-se a pensar na perspectiva de diversificar a oferta e evitar fenômenos de estresse ambiental, consumo

de solo e desperdício das riquezas. É em torno deste quadro teórico e do objetivo da sustentabilidade ambiental, que se pretende formular uma reflexão sobre uma possível relação entre tais conceitos e a particular tipologia de turismo que se explica ao longo das chamadas rotas utilizadas pelos peregrinos. Essa não é exclusivamente uma experiência de fé ou espiritual (o que nos induziria a defini-lo como *turismo religioso*), mas pertence à mais ampla esfera do *turismo cultural* (as rotas atravessam aldeias e localidades que podem conter um patrimônio histórico-artístico ou tradicional), que se abre transversalmente, também, na direção do *turismo naturalístico e ambiental*. As rotas, geralmente, atravessam territórios menos urbanizados que mantêm um certo equilíbrio entre comunidade humana, território e natureza. E a natureza, muito longe de ser uma mera moldura da experiência de peregrinação, representa um elemento fundamental nesse contexto: para aqueles que se aproximam dela com finalidades espirituais ela é percebida como parte da Criação; para aqueles que se aproximam dela com a curiosidade de um neófito ela é percebida do ponto de vista estético como um belo itinerário; para os diversos *trekkers, bikers, hikers* a natureza torna-se parte ativa da “viagem”. Sustentável, *Smart, Slow...* independentemente do termo utilizado no sentido de ajustá-lo a modelos e projetos desejados: todavia, quem se ocupa do turismo não deve esquecer, em primeiro lugar, que este fenômeno é espontâneo e que sua mais verdadeira estrutura ontológica é, portanto, mais que em tantos outros, considerada no sentido de não danificar o território sobre o qual e no qual se realiza.